

ASPECTOS DA EDUCAÇÃO E DO ÊXODO RURAL EM MINAS GERAIS (1950-1970)*
Aspects of Education and the Rural Exodus in Minas Gerais (1950-1970)

Écio Antônio Portes**
 Apolliane Xavier Moreira dos Santos***

RESUMO

Neste trabalho temos como objetivo refletir sobre as possíveis relações entre a educação rural e o fenômeno do êxodo rural em Minas Gerais no período de 1950 a 1970. Para fundamentar nossas discussões consultamos os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas referidas décadas. Utilizamos também em nossas discussões a *Revista do Ensino* (RE) como fonte, procurando entender, a partir das publicações da *Revista*, o lugar ocupado pela educação rural frente ao fenômeno de esvaziamento do campo. Procuramos evidenciar, assim, políticas, práticas educativas, metodologias, discursos e sugestões que tratassem de maneira específica da educação rural. Em linhas gerais, podemos afirmar que a utilização do referido periódico nos forneceu subsídios para refletir a configuração da educação proposta para o meio rural no período estudado, à medida que nos permitiu delinear um panorama dos projetos desenvolvidos, da formação docente, dos discursos oficiais, bem como das tentativas de contenção do processo migratório pela via educacional e da implantação de clubes agrícolas.

Palavras-chave: Êxodo rural, Educação Rural, Revista do Ensino

ABSTRACT

The aim of this paper is to reflect on the possible relation between rural education and the rural exodus in the state of Minas Gerais from 1950 to 1970. Our discussion is based on data taken from the Demographic Survey made by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in the referred decades. We also resorted to our discussions in the journal *Revista do Ensino* (RE), attempting to understand, from the articles in this journal, the place rural education holds in face of the decrease of the population in rural areas. Thus we tried to depict policies, educational practices, methodologies, discourses and suggestions that dealt specifically with rural education. Broadly speaking, we can claim that the use of the above-mentioned journal has brought us material to reflect on the configuration of rural education propositions at the time our study covers, in so far as the journal allowed us to delineate an overview of the projects developed, the teachers' formation, the official discourses, as well as the attempts at containing the migratory process through education and the implantation of agricultural associations.

Keywords: rural exodus, rural education, Revista do Ensino.

* Trabalho com modificações que foi apresentado originalmente no V Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, Montes Claros, Minas Gerais.

** Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto e professor do Programa de Pós-Graduação Processos Sócioeducativos e Práticas Escolares da Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: eaportes@gmail.com

*** Mestre em Educação pela Universidade Federal de São João del-Rei. Professora do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, Campus Barbacena. E-mail: apollianexavier@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Minas é terra de imigração. Nosso nível de vida é muito baixo. O resto, em consequência. Emigra o homem do campo. Emigram os ambiciosos e todos os que querem romper um quadro demasiado estreito. Emigram os talentos. Fatalidade da província (Eduardo Freire, 1961¹).

Neste trabalho nos propomos fazer uma reflexão acerca da educação em face do esvaziamento do campo em Minas Gerais, procurando compreender relações existentes entre o fenômeno educativo e o êxodo rural possíveis de serem percebidas em um periódico denominado Revista do Ensino². A saída da população dos espaços rurais de nosso Estado suscita, assim, questionar: como esse fenômeno pode ser percebido através das publicações contidas na Revista do Ensino? É a partir dessas preocupações que desenvolveremos as nossas reflexões.

Os trabalhos atinentes ao contexto educacional rural abordam, em sua maioria, os problemas enfrentados historicamente pela instituição escolar e pelos seus sujeitos (ARROYO, 1982; CALAZANS, 1993; CAVALCANTE, 2003; LEITE, 1996; SILVA e COSTA, 2006; VENDRAMINI, 2004; WHITAKER e ANTUNIASSI, 1993). As limitações vivenciadas pela educação rural são apontadas na literatura como exercendo forte influência no processo de êxodo rural. Nessa perspectiva, as pessoas deixam o campo pela insuficiência ou pela precariedade das escolas presentes nesse espaço.

As indagações presentes na literatura giram em torno de dois eixos: um se refere a ausência de uma educação rural voltada para os interesses do homem do campo, que intensificou o processo de êxodo rural, e o outro se refere ao fato de que o êxodo rural impulsionou o descaso para com a educação rural e conseqüentemente com a escola. Acreditamos serem esses fatores interdependentes, uma vez que parece haver uma relação estreita entre a educação e a organização dos espaços de vivência dos sujeitos.

Estudos sobre demografia, entretanto, nos mostram que o problema da escolarização dos expulsos do campo não foi resolvido no espaço urbano. Nesse caso, temos apenas a transferência do problema, mesmo admitindo que a maior amplitude de oferta escolar no mundo urbano pode favorecer os recém-chegados a esse novo mundo, como mostra Durham (1984). Mas uma pedagogia que rompesse com essa dicotomia só seria proposta nos anos 1970, com a presença de Paulo Freire no cenário político e educativo.

A fim de verificarmos as informações sobre o esvaziamento do campo, consultamos os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através dos quais identificamos os números referentes à população presente no meio rural e no meio urbano, no Brasil e em Minas Gerais, nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Tais dados serviram como base para demonstrarmos a diminuição da população rural em Minas Gerais nas três décadas analisadas, caracterizando, assim, o que, na literatura, é chamado de um processo de *desruralização* presente no Estado e que, em certa medida, reflete um

¹ Em entrevista a Teresinha Alves Pereira, Revista do Ensino, Ano XXX, n. 210, dezembro de 1961.

² Mais adiante detalharemos do que trata a Revista do Ensino.

fenômeno nacional. Os dados mostram, inclusive, a diminuição da população de Minas Gerais nas décadas priorizadas.

Camarano e Abramovay (1998, p.2), ao abordar o movimento migratório ocorrido no Brasil nos últimos 50 anos³, afirmam que o termo *desruralização* é utilizado tendo em vista que “a saída do meio rural não implica, necessariamente, o acesso às condições mínimas próprias da vida urbana”. Atentam, também, para uma forte tendência da presença idosa e masculina no campo, o que compromete ainda mais o seu desenvolvimento.

Em se tratando do êxodo, o Estado de Minas Gerais sofreu ao longo de três décadas (1950-1970) uma significativa redução da sua população rural. Através dos dados utilizados, percebemos efetivamente um decréscimo no número de pessoas presentes no meio rural com uma população urbana em crescimento. Os dados do Censo Demográfico da década de 1950 apontam que 70% da população mineira viviam no meio rural. Entretanto, ao analisar os dados de 1960, essa porcentagem cai para 60%, chegando à década de 1970 com 47% da população vivendo no meio rural mineiro. Tal movimento pode ser visto na Tabela I:

Tabela I: População nos Censos Demográficos por situação de domicílio Brasil e Minas Gerais - 1950 - 1970⁴

Ano	1950		1960		1970	
	Brasil	MG	Brasil	MG	Brasil	MG
Rural	33.161.506	5.459.273	38.987.526	5.995.460	41.603.839	5.447.982
%	63,84	70,15	54,92	60,20	44,02	47,04
Urbana	18.782.891	2.322.915	32.004.817	3.964.580	52.904.744	6.167.113
%	36,16	29,85	45,08	39,80	55,98	52,96
Total	51.944.397	7.782.188	70.992.343	9.960.040	94.508.583	11.645.095

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1950, 1960, 1970.

As limitadas condições de sobrevivência no campo, no que diz respeito principalmente ao trabalho e à produção, contribuíram para a desvalorização e o empobrecimento da sua população, a expropriação de seus direitos e, conseqüentemente, para sua saída dos espaços rurais. A isso se associa “a pouca integração da industrialização brasileira e mineira com o setor primário que não foi capaz de harmonizar as relações campo-cidade” (SANTANA, 2002, p.10). Nessa mesma linha, Whitaker e Antuniassi (1993) mostram, por exemplo, que o desenvolvimento da agroindústria não urbaniza o

³ Os autores trabalharam com dados da década de 1950, 1960, 1970, 1980 e com os anos de 1991 e 1996.

⁴ Tabela elaborada a partir de dados retirados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=cd&to=3&i=p>. Acesso em: 06 fev. 2009.

campo, tendo em vista que não possibilita o acesso às condições mínimas de conforto, saúde e educação, como também desurbaniza as cidades pequenas, que acabam por se transformarem em cidades-dormitórios.

No que se refere à saída dos espaços rurais, Minas Gerais, ao lado do Nordeste, teve uma participação fundamental quando pensamos nos Estados que mais contribuíram com saldos migratórios negativos no território nacional. De acordo com Brito e Carvalho (2006, p. 451)

O Nordeste e Minas sempre se destacaram como grandes reservatórios de mão-de-obra para as Regiões onde mais se expandiam as atividades econômicas no Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro e as áreas de expansão da fronteira agrícola. Sempre foram, e ainda permanecem, como importante fonte de emigrantes. Os nordestinos e mineiros eram largamente encontrados entre aqueles que contribuíram para a expansão urbano-industrial da antiga capital do Brasil, o Rio de Janeiro, ou para a construção da nova capital, Brasília. Constituíram-se, em boa parte, na mão de obra indispensável para o grande crescimento industrial paulista. Estiveram presentes, e muitos ainda estão, na expansão e consolidação das fronteiras agrícola e mineral nas Regiões Centro-Oeste e Norte.

Não pretendemos, neste trabalho, discutir as estatísticas relativas ao processo migratório em nosso Estado, mas reconhecê-lo e chamar a atenção para a importância do mesmo no entendimento dos desdobramentos educacionais e, de maneira específica, sua repercussão na promoção de projetos educativos para o campo.

No nosso caso, abordar os dados relativos ao número da população residente nos espaços urbanos e a significativa queda desses números nos espaços rurais nas três décadas analisadas demonstra o que estamos chamando neste trabalho de esvaziamento do campo. A saída da população camponesa das áreas rurais está relacionada às precárias condições de vida nesses espaços e a busca por outros onde seja possível atender às diferentes demandas de sobrevivência e de aquisição cultural, como a educação, por exemplo.

A partir desse fenômeno, interessa-nos neste trabalho compreender como a educação rural foi tratada na Revista do Ensino⁵ (RE) no período de 1950 a 1970. Nessa linha, quais os conteúdos eram veiculados pela revista e em que medida refletiam a situação migratória do Estado. Procuramos, assim, entender, a partir das publicações da Revista, o lugar ocupado pela educação rural frente ao fenômeno de esvaziamento do campo. O recorte (1950 a 1970) deveu-se ao fato de a Revista do Ensino ter circulado sem interrupção e coincidir, necessariamente, com a atenção despertada pelo fenômeno do êxodo rural. Procuramos evidenciar políticas, práticas educativas, metodologias, discursos e sugestões que tratassem de maneira específica da educação rural. As análises foram feitas de maneira a não tratar os processos de forma separada; contrariamente, nosso esforço foi compreender suas possíveis ligações.

⁵ Segundo Bicas (2006), a Revista do Ensino foi criada originalmente em 1892 por Afonso Pena e pouco depois desativada. No ano de 1925 foi reativada e permaneceu circulando até o primeiro semestre de 1940. Com a Segunda Guerra Mundial, foi novamente interrompida sua publicação, voltando a circular novamente em 1946, sendo então extinta em 1971.

A Revista do Ensino

Como procuramos mostrar anteriormente, mesmo que de forma breve, o fenômeno do êxodo rural mereceu atenção dos economistas, demógrafos e sociólogos que estudaram o período proposto, dada a intensidade da migração e os efeitos dessa movimentação tanto para o campo como para as cidades. Afirmam Camarano e Abramovay (1999, p.19) que a construção de um programa de pesquisa que se ocupe do fenômeno da desruralização passa, entre outros fatores, por conhecer a estrutura social dos processos migratórios, as razões que fazem do meio rural um lugar ainda menos propício para as moças do que para os rapazes, o que se entende por “meio rural” e, por fim, a relação entre êxodo rural e acesso aos serviços básicos da cidadania.

A Revista do Ensino, no nosso entendimento, por cobrir todo o período de acirramento do fenômeno da desruralização, poderia oferecer elementos importantes para o campo da educação. Considerando como esse fenômeno foi visto/tratado/pensado pelos intelectuais da educação, ou mesmo pelos construtores de políticas públicas do Estado de Minas Gerais, visto ser a RE um órgão oficial de divulgação de regulações, propostas e práticas atinentes ao campo da educação no período estudado.

A escolha desse periódico relaciona-se à sua repercussão no campo educativo e pelo caráter material e simbólico de sua longevidade (1925 a 1971) e ainda por ser ela um dos mais influentes periódicos pedagógicos oficiais da educação no Estado de Minas Gerais. Nessa perspectiva, pela diversidade dos temas abordados em suas publicações, a RE mediou, de maneira abrangente, a formação técnica e moral dos profissionais da educação em nosso Estado. Cremos, dessa forma, que desempenhou um papel relevante na disseminação das políticas educativas, bem como foi um meio importante de divulgação de ideias e de propostas educacionais.

Biccas (2006, p.75), ao fazer um levantamento sobre as pesquisas que têm utilizado as revistas periódicas na produção do conhecimento no campo da História da Educação, afirma ser uma tradição pertinente e válida a abordagem pelos temas presentes nos impressos. Nessa linha, a RE apresenta-se, para muitos pesquisadores da História da Educação de Minas Gerais, desde a década de 80, como uma relevante fonte de pesquisa. Nesse sentido, há um

[...] número significativo de trabalhos acadêmicos que, de forma direta ou indireta, utilizaram a Revista do Ensino como fonte, confirmando a relevância desse impresso no estudo do pensamento pedagógico, dos temas debatidos dentro e fora do campo educacional mineiro e, especificamente, enfocando as disciplinas escolares por ela abordadas.

A utilização da revista como fonte e a análise das publicações em que foram identificados os textos relacionados à educação rural nos forneceram subsídios para refletir a configuração da educação proposta para o meio rural no período estudado, à medida que trazemos à tona um panorama dos projetos desenvolvidos, da formação docente, dos discursos oficiais, bem como das tentativas de contenção do processo migratório pela via educacional e da implantação de clubes agrícolas.

Quadro I - Assuntos relacionados à Educação Rural presentes na Revista do Ensino⁶

REVISTA	ASSUNTO
Ano XVIII Número 195 Abril/Junho de 1950	Vasto programa de levantamento do padrão pedagógico do ensino rural, noticiário, p. 468/471). Elaborado pela Secretaria da Educação os planos dos cursos intensivos. Em colaboração com os municípios o governo federal (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) a Estado está empenhado na realização de um vasto programa de assistência através de cursos e estágios de diversos tipos: 1) cursos intensivos de férias para professores rurais; 2) cursos intensivos de aperfeiçoamento para professores rurais; 3) cursos intensivos de treinamento para professores rurais, p. 468.
Ano XXVI Número 205	O ensino agrícola na escola primária, p. 111-114. Trata-se de uma série de justificativas para o ensino agrícola na escola primária, frente às péssimas condições de habitação, vestuário e precariedade das técnicas de plantio.
Ano XXXI Número 211-212, Abril/Agosto de 1962	Granja Escolar, Salvador Pires Pontes, p. 109-111. Trata-se de comentário de um ex-inspetor de ensino a propósito da extensão de terras improdutivas no estado de Minas Gerais frente a ausência de terra daqueles que não as têm mas poderia plantá-las, cultivá-las. “Quando consideramos a vastidão de áreas territoriais desaproveitadas e a existência de tanta gente desejosa de laborar a terra, mas, sem poder por não possuir um palmo de chão onde lançar alguns grãos de feijão e milho ou um pé de bananeira, é que consideramos ruínosa a existência de latifúndios improdutivos e desaproveitados”, p. 110.
Ano XXXI Número 213 Abril/Agosto de 1962	Notícia da criação em Cataguases, Minas Gerais, do Serviço de Educação Popular – SEP, e divulgação do extrato dos Estatutos, com a finalidade assim definida: “O Serviço de Educação Popular (SEP), fundado no dia 10 de julho de 1962, com sede e fôro em Cataguases, Estado de Minas, é uma instituição de beneficiência que visa a alfabetização e educação do povo rural, através de escolas supletivas”, p. 98.
Ano XXXIII Número 218 de 1964	Clubes Agrícolas, Maria José Lopes Noronha, p. 11-18. Escola rural, Ruth Ivoly Tôres da Silva.
Ano XXXIV Número 222 de 1965	Como relacionar o Clube Agrícola com as matérias do programa fundamental, Sebastiana Gomes Santos, p. 55-78.

Antes de tecermos os comentários necessários a respeito do Quadro I, gostaríamos de abordar como o tema da educação rural aparece na RE entre 1946 a 1949, visto que consultamos, também, as produções levadas a cabo neste período, ainda que o mesmo se encontre fora das décadas de 50, 60, 70, priorizadas por nós, em função do acirramento do fenômeno da desruralização.

⁶ Os extratos utilizados no corpo desse trabalho trazem a escrita tal qual foram encontradas nos textos da RE.

Nos quatro anos em tela, (1946-1949), assuntos ligados à educação rural apareceram nos números 176, 178, 180, 181, 183, 184, 187, 190, 191, 192 e 193. Eles se ocuparam de depoimento de professor rural, reflorestamento, clube agrícola (seis deles), clube rural, formação de professor rural, formação de biblioteca para clube agrícola, metodologia de ensino de Geografia na escola rural, educação rural na América, educação para a vida rural, centro social rural, curso de férias para professor rural, condições para criação de escolas rurais no Estado e artigo apologético sobre Abgar Renault, “O fundador do ensino rural” em Minas Gerais.

Essa reflexão se faz importante quando observamos que, no Quadro I, o tema da educação rural perde forças dentro das prioridades da RE, visto que somente seis números nestas três décadas se ocupam com temas relacionados à educação rural. Ainda aqui, os temas relacionados ao clube agrícola aparecem como prioritários.

Podemos afirmar que nenhum artigo que relacionasse educação e êxodo rural foi encontrado na RE de 1946 a 1970. O fenômeno por nós investigado não mereceu uma discussão por parte dos pensadores que dominavam a Revista, no período aqui priorizado. Percebemos ainda que, quanto mais o fenômeno se agravava, com o processo crescente de esvaziamento do campo, mais a Revista do Ensino dele se afastava mas produzia a crença de que a fundação e implementação de clubes agrícolas poderia fixar o homem à terra ao desenvolver nele o “gosto” pelo rural, propiciar “novas técnicas de plantio” e desenvolver nos sujeitos, ainda, “ações solidárias” via esses clubes, mesmo diante do fato de que alguns clubes enfrentassem dificuldades de toda ordem para um bom funcionamento. Diz a diretora do Grupo Escolar D. Pedro II, de Ouro Preto:

O nosso Clube-Rural, registrado sob o n. 453 no Ministério da Agricultura, apesar dos esforços e dedicação da diretora, D. Maria Josefina de Godoi, teve o movimento na “Horta Escolar” bem reduzido. É que as crianças desanimaram, pois o estabelecimento, sem guarda, é o centro de reunião de desocupados, de pessoas inconvenientes e até de gatunos, que, sistematicamente, furtam todos os produtos da horta⁷.

Talvez a discussão mais importante sobre o ensino rural contida na RE seja aquela produzida por Abgar Renault, quando Secretário Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais, em um discurso intitulado “Para a melhoria dos índices de difusão da instrução primária no Estado”, efetuado ao encaminhar o projeto de lei do Governo dispendo sobre o plano de desenvolvimento do ensino primário. Nessa fala, mesmo que de forma discursiva, aparece uma proposta de caráter técnico e racional que articula localização, distribuição, índice populacional, objetividade e produtividade. Reconhece, ainda, as desigualdades sociais e o “atendimento” escolar como um “claro princípio de justiça social”, mesmo que para isso tivesse o projeto de estabelecer “considerando as condições econômicas e financeiras do Estado, como” parâmetros mínimos “40 (quarenta) o número mínimo de alunos, como condição indispensável para criação de escolas isoladas

⁷ Relatório do Grupo Escolar D. Pedro II, Ouro Preto, 27 de novembro de 1946. Revista do Ensino, n.187, outubro-dezembro, 1947, p. 120.

em propriedades rurais”, e o número de “50 (cinquenta) casas como o mínimo de casas por povoado para os efeitos do projeto. Mais adiante, Abgar Renault reconhece: “Não há esconder a realidade mineira: é absolutamente impossível, nas condições atuais, dar o Governo assistência educacional a toda população rural”⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez devêssemos começar nossas considerações finais dizendo que a nossa breve inserção na RE nos ensina que, para entender determinados fenômenos sociais, no nosso caso, a relação entre educação e migração, vista através da RE, teríamos de fazer as perguntas que nós fizemos ao periódico especializado em educação a periódicos mais voltados para as análises estruturais e econômicas, ou, quando nada, não os ignorar.

Ainda assim nos indagamos: como agir quando fazemos uma pergunta a um determinado periódico, e ele não pode respondê-la como gostaríamos? Resta-nos prestar atenção às lições que a nossa imersão no campo nos ensina. A primeira dessas lições é a de que o êxodo rural não parece ter sido, pelo menos para os articulistas da RE, uma preocupação do Estado, como mostram os dados por nós aqui divulgados. Após 1964, quando os editoriais da RE passam a ser caixa de ressonância das propostas do regime militar, pode-se levantar, como hipótese, que tratar da educação rural e que educação deveria ser oferecida ao homem do campo seria discutir temas extremamente ligados às questões colocadas pelos movimentos de base contrários ao regime. E as feridas estavam ainda muito recentes para isso.

Mas as publicações da RE chamam a nossa atenção para a importância das análises marcadas pelos elementos históricos no entendimento das discussões educacionais atuais relacionadas à educação rural em Minas Gerais. Indica-nos, ainda, que a leitura de impressos como a RE pode contribuir no avanço do debate educacional, à medida que retira a nossa ignorância, quando, vez ou outra, pensamos que estamos inventando a roda ao tratarmos das práticas e teorizações a respeito da educação de modo geral e, mais especificamente, da educação rural. Não podemos dizer, dessa forma, que não houve no passado nenhum tipo de preocupação com a escolarização da população camponesa. Entretanto, temos de qualificar o tipo de preocupação e a que tipo de sujeitos ela se dirigia. Percebemos nos escritos que o sujeito do qual a escola deveria se ocupar era um tipo “atrasado”, sem modos de “higiene”, morador em um “meio isolado” para quem “a escola deve ser hoje uma formadora de hábitos. Deve representar para o aluno a miniatura do mundo”⁹, nas palavras de Abgar Renault, não a sua grandeza. Santos (2010, p. 41) comenta que:

[...] falar da educação rural no Brasil é falar de um contexto marcado historicamente pelas ideias de contenção do processo migratório campo-cidade; de civilização e modificação dos costumes camponeses, vistos como atrasados; de preparação para o

⁸ Par a melhoria dos índices de difusão da instrução primária no Estado. Revista do Ensino, Ano XVII, n.192, janeiro/junho, 1949, p. 10.

⁹ Para a melhoria dos índices...opus cit. p. 47.

trabalho no campo e de elevação da produção agrícola. Uma educação perpassada por contradições, com uma forte marca assistencialista, pensada *a priori* por políticos, representantes do governo, especialistas, profissionais da educação, técnicos e órgãos oficiais, sem a participação da população rural, esta que, analisada sempre pelo ângulo da carência e da decadência, deveria ser guiada, pois seria incapaz de pensar ou participar de decisões sobre o seu destino.

Está ausente na RE a luta política estabelecida entre Abgar Renault e dona Helena Antipoff na implantação de um projeto de modernização da escola rural: Abgar defendendo um projeto mais técnico-racionalista voltado para a qualidade da “instrução” e dona Helena com um claro projeto de “atuação” no campo, “intervencionista”, via formação de professores, como mostra Pinto (2007), em seu trabalho de dissertação de Mestrado.

Tratando-se especificamente da educação rural, procuramos mostrar como as publicações da RE acompanhavam as emanções do Estado, principalmente no que se refere à ideia de fixar o homem no campo, por meio das proposições relativas às granjas e aos clubes agrícolas. Essas proposições não se vinculavam a um amplo projeto ou política de desenvolvimento do/no campo e melhoria das condições de vida da sua população, condenadas à miséria e à indigência nas cidades, mas como políticas imediatistas, dado o contexto de precarização do meio rural agravado pelo processo de êxodo.

Por último, o período por nós priorizado, com exceção dos anos de 1961 a 1966, governado pelo governo de Magalhães Pinto, da União Democrática Nacional (UDN), foi predominantemente ocupado pelo Partido Social Democrático (PSD)¹⁰, inclusive, com Juscelino Kubitschek governador do Estado de 1951 a 1955 e presidente da República de 1955 a 1960. Queremos dizer com isso que a ausência de um claro projeto de educação voltado para os sujeitos do meio rural mineiro não se efetivou por faltar “condições políticas”. Elas nunca foram tão propícias, como mostramos! A cena política mineira foi predominantemente, no período, dominada por um grupo político.

Condições políticas semelhantes só seriam construídas no final do século XX, mas aí, não mais no governo do Estado de Minas Gerais, mas, sim, na prefeitura da Capital mineira, Belo Horizonte, que se expandiu enormemente com a chegada daqueles que abandonaram o campo em busca de melhores condições de vida e oportunidades culturais, transformando-a em uma grande metrópole, desumanamente urbana. Essas condições políticas parecem ter sido aproveitadas por partidos mais à “esquerda”¹¹, que vêm elegendo sucessivamente seus candidatos, que deram grande prioridade à educação pública nesse espaço, minimizando as condições de existência e de aquisição cultural dos filhos daquela geração de migrantes que o ocuparam e o vêm transformando.

¹⁰ Vejamos como a composição política nas décadas aqui privilegiadas: Milton Campos - UDN, 1947 a 1951; Juscelino Kubitschek - PSD, 1951 a 1955; Clóvis Salgado da Gama - PSD, 1955 a 1956; José Francisco Bias Fortes - PSD, 1956 a 1961; José de Magalhães Pinto - UDN, 1961 a 1966 e Israel Pinheiro - PSD, 1966 a 1971.

¹¹ A luta política assim se revelou: Eduardo Azeredo (1990-1993) PSDB; Patrus Ananias (1993-1997) PT; Célio de Castro (1997-2002) PSB; Fernando Pimentel (2002-2009) PT.

Referências

- ARROYO, Miguel. Escola, cidadania e participação no campo. *Em Aberto*, Brasília, ano 1, n. 9, p. 1-6, set., 1982.
- BICCAS, Maurilane de Souza. Impresso Pedagógico como objeto e fonte para a História da Educação em Minas Gerais: Revista do Ensino (1925-1940). *In: MORAIS, Christianni Cardoso; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida (Orgs.). História da Educação: ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 71-106.
- BRITO, Fausto Reynaldo Alves de; CARVALHO, José Alberto M. de. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. *Parcerias Estratégicas*, n.22, p. 441-455, jun.2006. Disponível em: <[http:// www.cgee.org.br/prospeccao/doc_arq/prod/registro/pdf/regdoc3101.pdf](http://www.cgee.org.br/prospeccao/doc_arq/prod/registro/pdf/regdoc3101.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural (Traços de uma trajetória). *In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Coords.). Educação e escola no Campo*. Campinas: Papirus, 1993. p. 15-40.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA, 1998. p.1-23.
- CAVALCANTE, Rita Laura Avelino. *A escola rural e seu professor no “Campo das Vertentes”*. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. 152p.
- DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade; a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1984. 245p.
- IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=cd&o=3&i=p>. Acesso em: 06 fev. 2009.
- LEITE, Sérgio Celani. *Urbanização do processo escolar rural*. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1996. 248p.
- PINTO, Helder de Moraes. *A escola normal regional D. Joaquim Silvério de Souza e a formação de professores para o meio rural 1950-1970*. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. 199p.
- SANTANA, Jomar Álace. A influência da migração no processo envelhecimento de Minas Gerais e suas regiões de planejamento. *In: Anais do X Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina, 2002, 25p. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D58.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- SANTOS, Apolliane Xavier Moreira dos. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: um estudo sobre um assentamento e sua escola*. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010. 253p.

SILVA, Lourdes Helena; COSTA, Vânia Aparecida. Educação Rural. *Presença Pedagógica*. Belo Horizonte, v. 12, n.69, p.62-69, mai. /jun.2006.

VENDRAMINI, Célia Regina. A escola diante do multifacetado espaço rural. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 145-164, jan./jun. 2004.

WHITAKER, Dulce; ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. Escola pública localizada na zona rural: contribuições para sua estruturação. *Cadernos Cedes*. Campinas: Papirus, n. 33, p. 9-42, 1993.

Consulta a Site eletrônico:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/israel_pinheiro

Recebido em agosto de 2011
Aprovado em novembro de 2011